

Traços políticos das relações Brasil-Rússia: Como as diferentes crises na Ucrânia durante os anos 2000 afetaram sua parceria?

Raquel dos Santos¹

Valdir da Silva Bezerra²

RESUMO

Atualmente, as interações diplomáticas entre Brasil, Rússia e Ucrânia têm assumido crescente relevância no contexto da Guerra da Ucrânia, justificando uma análise mais acurada de sua dinâmica, desenvolvimento e mudanças. Após o início do conflito em fevereiro de 2022, a diplomacia brasileira tem se caracterizado por uma certa neutralidade, causando decepção no Ocidente e aparentemente apaziguando as sensibilidades de Moscou. Este artigo avaliará os principais efeitos políticos nas relações Brasil-Rússia causados pela Guerra da Ucrânia e outros dois eventos relevantes naquele país durante os anos 2000, a saber, a Revolução Laranja de 2004 e o Euromaidan de 2014. Ao analisar esses casos, pretendemos responder à seguinte pergunta: 'Como desenvolvimentos geopolíticos na Ucrânia afetaram a relação do Brasil com a Rússia ao longo do tempo?' Consideramos esse tópico pouco examinado na academia e nos estudos atuais sobre a geopolítica do Brasil, um dos países líderes do chamado 'Sul Global'. A neutralidade brasileira quanto à Guerra da Ucrânia oferece um valioso estudo de caso sobre o equilíbrio geopolítico das potências médias no mundo contemporâneo. Além disso, analisar a relação Brasil-Rússia, membros fundadores dos BRICS, aprofundará nossa compreensão de como as mudanças hoje em curso afetam a diplomacia interestatal de nosso país.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira, Política Externa Russa, Guerra na Ucrânia, Geopolítica, Europa Oriental.

1 Doutora e mestre em estudos estratégicos pela Universidade Federal Fluminense (Rio de Janeiro) e bacharel em história pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora associada do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense. Membro do Laboratório NEXUS sobre Segurança e Desenvolvimento em Política Global da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro - RJ, Brasil. Email: (raqueldos@id.uff.br - ORCID 0000-0003-2235-7628).

2 Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Estadual de São Petersburgo (Rússia). Pesquisador do Centro de Estudos sobre BRICS da Universidade de São Paulo (GEBRICS-USP). Autor do livro *Um Elo com o Passado: a Rússia de Putin e o Espaço Pós-Soviético* (1ª ed. - Curitiba: Appris, 2023). Email: (sb1.valdir@gmail.com- ORCID 0000-0001-6488-478X)

INTRODUÇÃO

As relações entre o Brasil e a Ucrânia consolidaram-se assim que a Guerra Fria terminou. O Brasil reconheceu a independência da Ucrânia em 26 de dezembro de 1991, pouco depois da União Soviética entrar em colapso. Três anos depois, o presidente Itamar Franco assinou um decreto estabelecendo a Embaixada do Brasil em Kyiv. Em 1995, a Ucrânia retribuiu o gesto, estabelecendo uma embaixada em Brasília e nomeando o embaixador Olexander Nykomenko como seu representante em nosso país. Durante os anos 1990, a lógica por trás da aproximação do Brasil com a Ucrânia baseou-se em uma série de pontos fundamentais, como sua importância estratégica regional, sendo o segundo maior território e população do espaço pós-soviético, além da influência da comunidade ucraniana na América do Sul e no próprio Brasil. Dado esse contexto, no início dos anos 2000, o Brasil intensificou suas relações com a Ucrânia por meio de uma cooperação científica, particularmente no setor espacial³.

Também nos anos 2000, a Rússia passou a ganhar considerável importância para a política externa brasileira. Na virada do século, ambos os países estabeleceram uma parceria estratégica com ênfase no diálogo político, desenvolvimento econômico, ciência, tecnologia e intercâmbios culturais. Com o tempo, essa parceria se aprofundou ainda mais, especialmente após a formação do BRIC em 2009, grupo que defendia a multipolaridade nos assuntos mundiais e a reforma das instituições multilaterais de governança global, como as Nações Unidas, o Banco Mundial e o FMI.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo avaliar se – e como – a situação (geo)política na Ucrânia durante os anos 2000 afetou a relação entre Brasil e Rússia. Para tanto, o texto se concentra em três eventos principais que mudaram e moldaram significativamente o cenário internacional desde então: a Revolução Laranja de 2004, a crise política ucraniana de 2014 e a guerra em curso na Ucrânia iniciada em 2022.

A Revolução Laranja de 2004 e a Cooperação Espacial entre

3 As relações entre o Brasil e a Ucrânia consolidaram-se assim que a Guerra Fria terminou. O Brasil reconheceu a independência da Ucrânia em 26 de dezembro de 1991, pouco depois da União Soviética entrar em colapso. Três anos depois, o presidente Itamar Franco assinou um decreto estabelecendo a Embaixada do Brasil em Kyiv. Em 1995, a Ucrânia retribuiu o gesto, estabelecendo uma embaixada em Brasília e nomeando o embaixador Olexander Nykomenko como seu representante em nosso país.

Brasil e Ucrânia

A chamada “Revolução Laranja” na Ucrânia consistiu em protestos generalizados motivados por suspeitas de fraude nas eleições presidenciais de 2004 que levaram Viktor Yanukovych (um candidato pró-Rússia) à vitória. Depois que os resultados foram anunciados, Yanukovich e sua equipe enfrentaram intensa pressão da oposição ucraniana, além da imprensa e de diversos líderes ocidentais, que contestaram a idoneidade do processo eleitoral, considerado fraudulento. Uma nova rodada de eleições foi realizada, e Viktor Yushchenko, considerado um candidato pró-Occidente, venceu enfim a disputa.

Com base na análise de documentos emitidos pelo Congresso americano na época, os Estados Unidos estavam bastante preocupados com as eleições presidenciais na Ucrânia e esperavam a vitória de um candidato “liberal” (Цветкова & Ярыгин, 2015). Para o Ocidente, Yushchenko foi de fato a escolha política mais promissora. Ele defendia a integração da Ucrânia na **União Europeia (UE)** e na **Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)**, duas estruturas geopoliticamente associadas aos valores ocidentais. Como resultado da Revolução Laranja, a Ucrânia foi incluída na “Política Europeia de Vizinhança” (PEV) em 2005, uma estrutura de política externa estabelecida pela UE para fortalecer seu relacionamento com os países vizinhos do leste e do sul.

Em Moscou, a ‘Revolução Laranja’ foi considerada como um movimento patrocinado por atores estrangeiros, especialmente os Estados Unidos, para enfraquecer a Rússia no espaço pós-soviético (ACHCAR, 2023). Tratava-se da chamada “guerra híbrida”, que as autoridades russas acreditavam ser uma arma política do Ocidente para desestabilizar governos regionais favoráveis a Moscou, através de **Organizações Não-Governamentais (ONGs)** e das mídias sociais (ALVES; MACEDO; ROAHNY, 2023).

Notadamente, cerca de um ano antes da Revolução, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil enviou um telegrama à Embaixada do Brasil em Kyiv contendo comentários críticos sobre as forças em jogo na política interna da Ucrânia. O telegrama mencionou as opiniões do então Secretário de Estado ucraniano do Ministério das Relações Exteriores, Oleksandr Chalyi, que afirmou em 07 de janeiro de 2023 que “os Estados Unidos estavam usando ferramentas de política externa para forçar mudanças internas na Ucrânia”, dizendo que nos próximos 10 anos [ou

seja, até 2013]⁴ a Ucrânia estaria em uma boa posição para se integrar à UE (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2003). A observação de Chalyi de que os Estados Unidos usaram ferramentas de política externa para forçar mudanças políticas na Ucrânia é altamente relevante para entendermos a complexa relação entre a Ucrânia e a Rússia desde então.

De qualquer modo, a diplomacia brasileira não se manifestou publicamente à época sobre os imbróglis da Revolução Laranja, possivelmente considerando-o um assunto doméstico ucraniano. O Brasil, então liderado por Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), estava mais preocupado em posicionar o país como um ator-chave no Sul Global⁵, buscando ampliar sua cooperação tanto com a Ucrânia quanto com a Rússia. Prova disso foi a visita de Lula a Moscou em 2005, cujo resultado gerou uma declaração conjunta que continha diversos pontos importantes.

Figura 1 - Os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da Rússia, Vladimir Putin, durante reunião em Moscou, 2005.



Fonte: Agência Brasil (2005)

4 O período mencionado por Chalyi [por volta de 2013] coincide com o momento em que a população ucraniana se levantou contra o governo por não assinar o acordo de associação com a UE, desencadeando o Euromaidan.

5 Por ‘Sul Global’ entendendo-se aquelas nações em desenvolvimento marcadas por grande desigualdade social e que experimentaram no passado períodos de colonização por parte de potências europeias.

Dentre eles, a promessa de intensificar e diversificar a pauta bilateral de comércio que naquela época somava cerca de 2,1 bilhões de dólares, a disponibilidade para uma parceria na área de aviação, com a possibilidade de instalação de uma linha de montagem da Embraer em solo russo, o apoio do Brasil à inclusão da Rússia na **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, além de avanços na ‘aliança tecnológica’ bilateral incluindo a cooperação para a modernização do Veículo Lançador de Satélites (VLS-1) brasileiro (ITAMARATY, 2005).

Ainda em 2005, o Brasil promulgou o tratado assinado com a Ucrânia sobre ‘Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamentos Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara’, um projeto espacial binacional que depois ganharia o nome de **Alcântara Cyclone Space (ACS)**, destinada ao lançamento de satélites ucranianos a partir da base de Alcântara, no Nordeste brasileiro (BRASIL, 2005). A parceria com a Ucrânia combinava a posição geográfica vantajosa do Brasil com a expertise em tecnologia espacial do país leste-europeu, consubstanciada por seu foguete Cyclone-4. Para Kyiva Ucrânia, o projeto oferecia uma oportunidade de redirecionar sua tecnologia de foguetes para fins comerciais, ao mesmo tempo em que fortalecia laços com um país emergente do Sul Global.

No entanto, a Rússia não demorou a se manifestar sobre essa parceria espacial. Em 2006, durante a terceira rodada de negociações sobre o Acordo de Proteção Tecnológica Mútua, representantes do governo russo expressaram desaprovação face à cooperação do Brasil com a Ucrânia (PESSOA, 2007, p. 172). O argumento era de que a Ucrânia dependia da tecnologia russa para sua indústria espacial, o que fazia dela um país dependente nesse segmento. A Rússia era uma das contratadas pela Ucrânia no âmbito do projeto ACS; não obstante, os próprios cosmódromos ucranianos contavam com a participação de empresas russas, como é o caso do *Konstruktorskoye Byuro Transportnogo Mashinostroyeniya* (Escritório de Design de Engenharia de Transportes, em tradução livre), responsável pela criação de complexos de lançamento para os veículos do tipo Cyclone; além disso, os motores de primeiro estágio dos foguetes ucranianos foram desenvolvidos pela empresa russa Energomash, enquanto a Rússia também era responsável por componentes do combustível (PIA HOBOCTH, 2008).

Com efeito, a Rússia formou laços históricos significativos com a indústria aeroespacial da Ucrânia, parte integrante do programa espacial soviético desde os anos 1950. Após a dissolução da União Soviética,

portanto, a Ucrânia herdou determinadas capacidades tecnológicas espaciais, mas não uma completa independência nesse setor. Todas essas questões fizeram com que o estado das relações políticas entre Rússia e Ucrânia afetasse o projeto ACS em seus anos iniciais. Afinal, o primeiro lançamento do Cyclone-4 da base de Alcântara fora planejado para 2006; no entanto, as crises políticas permanentes na Ucrânia, resultado em certa medida da Revolução Laranja, interromperam temporariamente o financiamento desse projeto por parte de Kyiv (ПИА БОБОСТИ, 2008). Figura 1 - Os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da Rússia, Vladimir Putin, durante reunião em Moscou.

Em certo sentido, a parceria entre Brasil e Ucrânia no setor espacial demonstrou a capacidade do país leste-europeu de estabelecer alianças estratégicas fora da órbita de Moscou, ao passo que representou o potencial da política externa multivetorial brasileira durante os primeiros anos do governo Lula. No começo dos anos 2000, a diplomacia empenhada por Lula e seu Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim pretendia diversificar as colaborações internacionais do país, tornando-o menos dependente dos grandes centros tradicionais de poder, leia-se Estados Unidos e Europa Ocidental. De toda forma, as relações no âmbito espacial com a Ucrânia não prejudicaram a interação brasileira com a Rússia de Putin, apesar de certa desaprovação russa para com o projeto ACS.

A crise ucraniana de 2014 e o princípio da ‘neutralidade brasileira’

No final de 2013, quando o presidente ucraniano Viktor Yanukovich (o mesmo que perdeu as eleições de 2004 para Yushchenko) decidiu suspender o processo de assinatura de um Acordo de Associação com a UE, eclodiram protestos na capital Kyiv, liderados por estudantes, figuras da oposição e grupos nacionalistas. O turbulento - e cada vez mais violento - desenrolar dos eventos na capital acabou forçando Yanukovich a renunciar ao cargo de presidente, fugindo para a Rússia pouco depois, enquanto um novo governo era estabelecido no país em Kyiv. Para a Rússia, a mudança de governo em Kyiv após o chamado *Euromaidanna* Ucrânia representou um golpe de Estado patrocinado pelos Estados Unidos para derrubar um líder pró-Rússia na Ucrânia (ALVES; MACEDO; ROAHNY, 2023), semelhante ao que havia ocorrido durante a Revolução Laranja de 2004.

Mais uma vez, o Kremlin se sentiu vítima de uma “guerra híbrida”, através da ação coordenada entre redes de oposição, mídia e ONGs, que se utilizaram da crise econômica e social na Ucrânia para derrubar um governo legítimo (ALVES; MACEDO; ROAHNY, 2023). Em meio à crise, Putin e a liderança no Kremlin começaram a afirmar que as populações russas no leste da Ucrânia (mais precisamente na Bacia do Donbass, composta pelas repúblicas de Luhansk e Donetsk), bem como na Crimeia, eram alvos de forças ultranacionalistas. Com base nesse argumento, a Rússia anexou a península da Crimeia em março de 2014, após a realização de um referendo popular bastante contestado do ponto de vista do Direito Internacional. Como resultado, os Estados Unidos, Canadá, União Europeia e outros países alinhados ao Ocidente impuseram sanções econômicas à Rússia como forma de punir Putin e seu gabinete.

O Brasil, então presidido por Dilma Rousseff, não reconheceu a Crimeia como parte da Rússia, mas também não impôs sanções a Moscou. A primeira reação do Brasil à anexação veio em uma declaração do ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, durante uma visita à França; Figueiredo evitou condenar Moscou diretamente pelo ocorrido, ecoando uma nota emitida pelo Ministério das Relações Exteriores após a deposição do presidente Yanukovich (MENEZES, 2018). A nota afirmava a preocupação do governo brasileiro “com a deterioração da situação política e institucional na Ucrânia”, complementando que a crise política naquele país “deve ser enfrentada pelos próprios ucranianos, de forma pacífica e com respeito às instituições e aos direitos humanos” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2014).

Durante a Assembleia Geral das Nações Unidas em 27 de março de 2014, o Brasil se absteve de votar na Resolução A/68/262 que versava sobre a ‘Integridade Territorial da Ucrânia’, documento que apelava à Rússia para que respeitasse os princípios da soberania e independência política dos Estados, denunciando como ilegal o referendo realizado na Crimeia (UNITED NATIONS, 2014; SANTOS, 2024). A abstenção do Brasil nas Nações Unidas demonstrou a relutância do país em comprometer suas relações bilaterais com a Rússia. Na ocasião, Antônio de Aguiar Patriota, representante do Brasil na ONU, apelou por uma solução pacífica para o conflito, conclamando as partes envolvidas ao diálogo. Além disso, Patriota afirmou que o Brasil estava monitorando de perto a situação na Ucrânia, com quem o país possuía “estreitos laços bilaterais” por meio de sua cooperação “no campo da tecnologia espacial” (MINISTÉRIO DAS

RELAÇÕES EXTERIORES, 2014).

Enquanto isso, o embaixador ucraniano em Brasília Rotyslav Tronenko, em artigo publicado na Folha de São Paulo, instou o Brasil a não se calar diante do “ato de agressão” da Rússia (TRONENKO, 2014). Já o jornal alemão DW publicou um artigo intitulado “Vinculado à Rússia e aos BRICS, o Brasil silencia sobre a crise da Crimeia”, argumentando que o Itamaraty evitou seguir o Ocidente em sua condenação a Moscou pela crise na Ucrânia (CAULYT, 2014). Com efeito, em julho de 2014 o Brasil receberia o presidente russo Vladimir Putin para a Cúpula de Fortaleza dos BRICS, na qual foram reafirmadas a defesa da multipolaridade nas relações internacionais, a necessidade de reformas nas instituições multilaterais de governança global e o plano de criação de um banco de fomento liderado pelos 5 membros do grupo, a saber, o Novo Banco de Desenvolvimento.

Ao tratar da crise na Ucrânia, a declaração de Fortaleza apenas enfatizou a necessidade de um diálogo abrangente e de redução das tensões pelas partes envolvidas no conflito (BRICS, 2014), uma linguagem considerada por muitos como vaga e até mesmo conciliatória para com a Rússia. Diante disso, a mídia brasileira e internacional teceu diversas críticas sobre o posicionamento do Brasil com relação à crise ucraniana de 2014. Um exemplo disso foi o jornal Estado de São Paulo, que publicou uma matéria intitulada “Crise em Kyiv coloca a diplomacia brasileira em posição conflituosa: a Ucrânia fornece ao Brasil know-how para fabricar e lançar foguetes a partir da Base de Alcântara, enquanto a Rússia é parceira do BRICS” (ESTADÃO, 2014). Contudo, em 2015, o governo brasileiro denunciou o Tratado de Cooperação Espacial com a Ucrânia, alegando restrições fiscais e falta de oportunidades mercadológicas viáveis para o lançamento de satélites; tal movimento, um ano após o *Euromaidan*, simbolizou o relativo distanciamento entre o Brasil e a Ucrânia e o fim de um sonho de cooperação tecnológica no âmbito espacial (SANTOS, 2024).

Os diplomatas brasileiros decidiram adotar uma postura mais branda em relação a Moscou, que diferia da do Ocidente. Por outro lado, a crise afetou negativamente as relações entre Brasil e Ucrânia. As crescentes tensões daquele país com a Rússia complicaram ainda mais o projeto ACS, que o governo brasileiro encerrou oficialmente em 2015

A Guerra da Ucrânia de 2022 e a tentativa de ‘equidistância’ do Brasil

Em 2021, a Ucrânia era chefiada por uma jovem figura na política, Volodymyr Zelensky, um ex-comediante cuja campanha presidencial de 2019 prometia paz ao país, trazendo uma solução para a situação na Bacia do Donbass, onde milícias separatistas apoiadas pela Rússia reivindicavam autonomia para as regiões de Donetsk e Luhansk. Do lado russo, desde 2014 a Ucrânia era vista como uma ‘plataforma’ utilizada pelo Ocidente para minar os interesses de segurança de Moscou no espaço pós-soviético. Tal percepção motivou Putin e outras autoridades do Kremlin a entabular negociações com líderes europeus no final de 2021 e começo de 2022 sobre a inadmissibilidade de uma eventual entrada da Ucrânia na OTAN, representando uma ‘linha vermelha’ na interpretação de Moscou.

O Ocidente insistia na chamada “política de portas abertas” da OTAN, enquanto a Rússia queria a Ucrânia distante da Aliança Atlântica, algo que os Estados Unidos e a Europa não estavam dispostos a conceder. Diante desse impasse, na madrugada de 24 de fevereiro de 2022, Putin lançou a sua ‘operação militar especial’, autorizando tropas russas a invadirem a Ucrânia sob a justificativa de defender as populações de Luhansk e Donetsk da “agressão injustificada do exército ucraniano” (PUTIN, 2022; tradução nossa).

A invasão da Ucrânia pela Rússia foi amplamente condenada do ponto de vista internacional, contornando a autorização do Conselho de Segurança e provocando reuniões de emergência na Assembleia Geral das Nações Unidas. No dia 2 de março de 2022, o projeto de resolução sobre ‘Agressão contra a Ucrânia’ pedia o fim imediato do conflito e a retirada das tropas russas do território ucraniano. O Brasil e outros 140 países votaram a favor da resolução. Cinco países votaram contra (Rússia, Bielorrússia, Coreia do Norte, Síria e Eritreia). 35 países, incluindo China, Índia, África do Sul, Cuba e Cazaquistão, se abstiveram (UN NEWS, 2022).

Instituições internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, deixaram de cooperar com a Rússia, recusando-se a aprovar novos empréstimos ou interrompendo projetos em andamento no país (O BANCO MUNDIAL, 2022). Ao mesmo tempo, os Estados Unidos e seus aliados ocidentais aplicaram sanções econômicas severas contra a Rússia, excluindo o país do sistema de pagamentos interbancário internacional Swift e impondo restrições às importações europeias de

petróleo e gás russo. Não obstante Ao mesmo tempo, os Estados Unidos se tornavam o principal financiador e provedor de ajuda militar à Ucrânia, o que apenas serviu para exacerbar os receios do Kremlin quanto às aspirações geopolíticas de Washington no continente europeu⁶.

Na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), a maioria dos países do chamado Sul Global não confrontou ou condenou a Rússia diretamente como os países ocidentais fizeram. Em vez disso, muitos escolheram uma postura neutra em relação à guerra. Em 2 de março de 2022, no projeto de resolução com o tema 'agressão contra a Ucrânia', 40 países votaram contra ou se abstiveram de votar, incluindo China, Índia, África do Sul, Cuba, Cazaquistão e outros (UN NEWS, 2022).

Com efeito, a Guerra da Ucrânia colocou à prova mais uma vez a relação do Brasil com a Rússia⁷, com o país tentando equilibrar sua posição diplomática entre as condenações ocidentais à Moscou e as justificativas russas para ter iniciado o conflito. O presidente brasileiro à época, Jair Bolsonaro, preferiu agir de forma cautelosa, considerando a dependência do Brasil dos fertilizantes russos, essenciais para o agronegócio nacional. Bolsonaro tentou se distanciar do conflito, chegando a sugerir na ONU o estabelecimento de um cessar-fogo imediato e negociações entre as partes (BOLSONARO, 2022). Sob sua presidência, a Cúpula dos BRICS de 2019 em Brasília sequer mencionou o nome da Ucrânia em sua declaração final.

Em 2023, quando Lula retorna ao poder como presidente, a cautela brasileira continuou. De acordo com as palavras do Ministro das Relações Exteriores de Lula, Mauro Vieira, a política externa do Brasil não se alinharia automaticamente a nenhum dos lados [Ocidente ou Rússia], sendo guiada apenas pelo interesse nacional dentro do marco do multilateralismo e do Direito Internacional (VIEIRA, 2023). Contudo, apesar da alegada 'equidistância pragmática', alguns acontecimentos deram margem à interpretação de que o Brasil demonstrava uma certa predileção pela Rússia. Um exemplo disso foi a visita do ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, ao Brasil em abril de 2023.

Na ocasião, Lula e Mauro Vieira aproveitaram a oportunidade para reafirmar a posição de neutralidade do Brasil, enfatizando seu desejo

6 Para Putin e o resto da liderança russa, a expansão da OTAN pós-Guerra Fria em direção ao Leste marcou a tentativa dos Estados Unidos de consolidar um mundo unipolar sob seu domínio.

7 Para Putin e o resto da liderança russa, a expansão da OTAN pós-Guerra Fria em direção ao Leste marcou a tentativa dos Estados Unidos de consolidar um mundo unipolar sob seu domínio.

de formar um ‘clube da paz’ para mediar as negociações entre Rússia e Ucrânia (MELLO, 2023). Ainda em abril, em viagem à China o presidente Lula concordou com as propostas de Pequim para o início de negociações de paz entre Rússia e Ucrânia. No âmbito da proposta chinesa, apoiada pelo Brasil, encontravam-se o respeito à integridade territorial dos Estados (ponto esse favorável à Ucrânia), prevenção do fortalecimento e expansão de blocos militares (ponto esse favorável à Rússia, dado que se trata de uma clara alusão à OTAN)⁸, suspensão imediata das sanções contra Moscou, a facilitação da exportação de grãos através do Mar Negro, entre outros (CHINA, 2023). No mais, o Brasil defendia “uma cessação imediata das hostilidades [na Ucrânia] e a importância dos esforços diplomáticos [...] [para] a obtenção de uma solução pacífica negociada” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2023)⁹.

De toda forma, o governo Lula foi pressionado por alguns setores da mídia e por importantes forças políticas dentro do país em função de seu posicionamento mais conciliatório para com a Rússia, diferentemente da abordagem abertamente condenatória praticada pelo Ocidente em relação a Putin e seu regime. A título de exemplo, jornais como ‘O Globo’ deram voz a questionamentos sobre a participação do Brasil no BRICS e sua parceria com Moscou; para alguns, o BRICS deveria ser dissolvido após a agressão russa contra a Ucrânia e o Brasil deveria condenar abertamente a Vladimir Putin por ter cometido ‘crimes de guerra’ (CHACRA, 2023).

Pressionado a ouvir o lado ucraniano do conflito, Lula encontrou-se pessoalmente com Zelensky em Nova York, em 20 de setembro de 2023. No entanto, Zelensky deixou a reunião sem obter o apoio esperado de Lula para as reivindicações ucranianas a respeito de uma “paz justa”. No encontro com o líder ucraniano, o presidente brasileiro se ateve à necessidade de trabalhar para a paz, mais uma vez revelando sua intenção de “encontrar um grupo de países amigos que pudessem construir uma proposta que não fosse nem de um nem de outro dos dois [países] que estão em guerra” (DA SILVA, 2023). Todavia, Zelensky defende que uma paz justa para a Ucrânia só pode ser obtida de acordo com as condições propostas por Kyiv, dado que seu país foi a vítima da agressão russa, o que

8 De acordo com o entendimento sino-brasileiro, o Ocidente (e, em última análise, os Estados Unidos) deveriam rejeitar quaisquer planos de expansão futura da OTAN na Europa, o que evidentemente exclui a possibilidade da Ucrânia se tornar um membro da Aliança.

9 Em 2022 inclusive, o comércio entre Brasil e Rússia atingiu um recorde histórico de 9,8 bilhões [de dólares].

representa um desencontro de posições entre ele e Lula¹⁰.

Em suma, a postura do Brasil convergia com a de outras potências regionais do Sul Global, como Índia, Irã e África do Sul, que condenaram a guerra perpetrada por Moscou, mas que não se juntaram ao Ocidente em sua tentativa de isolamento diplomático da Rússia. Tal tentativa, descrita como um “erro político” (O GLOBO, 2022) pelo assessor especial de Lula para assuntos internacionais, Celso Amorim, denota a intenção do Brasil de desempenhar um possível papel de mediador entre Rússia e Ucrânia, ainda que pareça não estar tão ‘equidistante’ de ambos como anuncia expansão futura da OTAN na Europa, inclusive no que diz respeito à Ucrânia. Por outro lado, Zelensky e funcionários diplomáticos ucranianos o Brasil também critica alguns aspectos das instituições multilaterais de governança dominadas pelo Ocidente, como o Banco Mundial e o FMI. É por isso que o país valoriza sua participação em grupos como o BRICS, que postula a necessidade de reformar essas organizações, mitigando assim o privilégio ocidental na tomada de decisões de relevância global, promovendo com isso uma ordem mundial multipolar.

CONCLUSÃO

Nos últimos tempos, a diplomacia brasileira decidiu adotar uma postura mais branda em relação a Rússia, diferenciando-se da abordagem abertamente condenatória praticada pelo Ocidente, sobretudo após o Euromaidan de 2014 e a eclosão da guerra na Ucrânia em 2022. Por um lado, as crescentes tensões entre Kyiv e Moscou ao longo do século XXI, em especial depois da Revolução Laranja de 2004, colocaram em teste o relacionamento russo-brasileiro, considerado de importância estratégica pelo Itamaraty. Com efeito, as sucessivas crises políticas na Ucrânia não foram suficientes para prejudicar o relacionamento do Brasil com a Rússia, nem em 2014 nem em 2022. Tal resultado pode ser explicado por uma série de fatores, incluindo a parceria no âmbito dos BRICS, o objetivo comum de estabelecer uma ordem mundial multipolar e, não menos importante, os interesses comerciais do agronegócio brasileiro, que depende em não negligenciável medida dos fertilizantes russos para subsistir.

Com a eclosão da guerra na Ucrânia em 2022, o Brasil – se comparado ao Ocidente – manteve uma postura relativamente mais

10 É importante lembrar que, meses antes da reunião com Zelensky, os Estados Unidos e a Alemanha não conseguiram convencer Lula a fornecer armas e munições para Kyiv.

conciliatória para com a Rússia, não aderindo à retórica e às sanções ocidentais contra Moscou, consideradas pela diplomacia brasileira como ‘contraproducentes’ e um ‘erro estratégico’. Ainda assim, o Brasil não se omitiu de condenar a invasão russa à Ucrânia tanto na ONU como em demais fóruns multilaterais, aderindo aos princípios constitucionais de respeito à soberania e à integridade territorial dos Estados. Em suma, a intenção do Brasil de manter uma certa ‘equidistância’ dos dois lados conflitantes parece revelar uma estratégia de diversificação e autonomia em política externa, que, embora bem-intencionada, vem encontrando dificuldades de se ajustar às expectativas do Ocidente e às sensibilidades russas.

Political Traits of Brazil-Russia Relations: How have Developments in Ukraine during the 2000s affected their partnership?

ABSTRACT

The diplomatic interactions between Brazil, Russia, and Ukraine have assumed increased relevance in the context of the Ukrainian War, justifying a more accurate analysis of its dynamics, development, and change. Primarily after February 2022, Brazilian diplomacy has been characterized by a certain neutrality regarding the conflict in Ukraine, causing disappointment in the West and seemingly appeasing Moscow's sensibilities. This paper evaluates the main political effects on Brazil-Russia relations caused by the Ukrainian War and two other relevant events during the 2000s, namely the 2004 Orange Revolution and the 2014 Euromaidan.

By analyzing these events, we aim to answer the question: 'How did important geopolitical developments in Ukraine affect Brazil's relationship with Russia over time?' We consider this topic underexamined in today's academia and studies on the geopolitics of Brazil, one of the foremost leaders of the so-called 'Global South.' Brazil's neutrality during the Ukrainian War offers a valuable case study on the geopolitical balance of middle powers in the contemporary world. Furthermore, analyzing the relationship between Brazil and Russia, founding members of the BRICS, will deepen our understanding of how the current global changes affect our country's interstate diplomacy.

Keywords: Brazilian Foreign Policy, Russian Foreign Policy, Ukraine War, Geopolitics, Eastern Europe.

REFERÊNCIAS

ACHCAR, Gilbert. **The New Cold War**: The United States, Russia, and China from Kosovo to Ukraine. Chicago: Haymarket Books, 2023.

ADDRESS by the President of the Russian Federation. **President of Russia Vladimir Putin**: citizens of Russia, friends. Moscow, 24 fev. 2022. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/67843>. Acesso em: 26 mar. 2025.

ALVES, Benno Warken; MACEDO, Bruno Vieira de; ROAHNY, Lucas. Preparando-se para a guerra híbrida: uma análise das ações russas de enfrentamento a revoluções coloridas e interferência externa. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 14, n. 66, p. 87–102, 2023. ISSN: 2178-8839. <https://doi.org/10.22456/2178-8839.130300>.

BOLSONARO, Jair. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na “Abertura do Debate Geral da 7ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas - AGNU”. [S. l: s. n.], 2022. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-do-debate-geral-da-77a-sessao-da-assembly-geral-das-nacoes-unidas-agnu>. Acesso em: 2 mai. 2024.

BRASIL. Arquivo Geral do Ministério das Relações Exteriores. . Destinatário: Embaixada do Brasil em Kyiv. Brasília, 7 jan. 2003. 1 telegrama.

BRASIL. Decreto nº 8.494, de 24 de julho de 2015. Torna pública a denúncia pela República Federativa do Brasil do tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre cooperação de longo prazo no uso do veículo lançador Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara, assinado em Brasília em 21 de outubro de 2003. Brasília: 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/aeb/pt-br/programa-espacial-brasileiro/cooperacao-internacional/documentos-ucrania/decreto-no-8494.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2024.

BRASIL. Decreto nº 5.436, de 28 de abril de 2005. Promulga o Tratado entre

a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamentos Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara, assinado em Brasília, em 21 de outubro de 2003. Brasília: 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5436.htm Acesso em: 24 mar. 2025.

CAULYT, Fernando. Ligado a Rússia e BRICS, Brasil silencia sobre crise na Crimeia. **DW**, [s. l.], 20 mar. 2014. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/ligadoa-r%C3%BAssia-e-brics-brasil-silencia-sobre-crise-n-a-crimea/a-17511516>. Acesso em: 2 jul. 2024.

CHACRA, Gustavo Cerello. O que Lula fará com o BRICS?. **O Globo**, 9 jan. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/guga-chacra/coluna/2023/01/o-que-lula-fara-com-o-brics.ghtml>. Acesso em: 19 mar. 2025.

CHINA'S Position on the Political Settlement of the Ukraine Crisis. **Ministry of Foreign Affairs The People's Republic of China**, Beijing, 24 fev. 2023. Disponível em: https://www.mfa.gov.cn/eng/zy/gb/202405/t20240531_11367485.html. Acesso em: 26 mar. 2025.

DECLARAÇÃO conjunta sobre os resultados das conversações oficiais entre o Presidente da República Federativa do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente da Federação da Rússia, Vladimir V. Putin. **Secretaria de Estado das Relações Exteriores**. Moscou, 18 out. 2005. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/7184>. Acesso em: 26 mar. 2025.

GENERAL Assembly Overwhelmingly Adopts Resolution Demanding Russian Federation Immediately End Illegal Use of Force in Ukraine, Withdraw All Troops. **United Nations**, [S. l.], 2 mar. 2022. Disponível em: <https://press.un.org/en/2022/ga12407.doc.htm>. Acesso em: 4 jul. 2024.

IGLESIAS, Simone; BECK, Martha. Sanções dos EUA à Rússia são um erro, diz Celso Amorim. **O Globo**, 5 ago. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/08/sancoes-dos-eua-a-russia-sao-um-erro-diz-celso-amorim.ghtml>. Acesso em: 2 abr. 2024.

MELLO, Patrícia Campos. Lula vai apresentar a Biden ideia de “clube da paz”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 fev. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/02/lula-vai-apresentar-a-biden-ideia-de-clube-dapaz-para-ucrania-com-participacao-da-china.shtml>. Acesso em: 4 nov. 2024.

MENEZES, Gustavo Oliveira Teles de. O Brasil e as questões do Kosovo e da Crimeia. **Revista NEIBA - Cadernos Argentina-Brasil**, Rio de Janeiro, v. 7, n.1, p. 1-19, 2018. ISSN 2317-3459.

MISSAGIA, Raquel dos Santos. **Análise em dois níveis da cooperação espacial entre Brasil e Ucrânia (1995-2015):** ou sonhos de uma noite de verão na política internacional. 2023. 287 f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Estudos Estratégicos, Niterói, 2023.

PESSÔA, Maria Teresa Mesquita. **A cooperação Brasil - Ucrânia nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior:** A binacional Alcântara Cyclone Space. Curso de Altos Estudos. Brasília: IRBr, 2007.

ROSTYSLAV Tronenko: a farsa da independência da Crimeia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 mar. 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/opiniaao/2014/03/1427493-rostyslav-tronenko-a-farsa-da-independencia-da-crimea.shtml>. Acesso em: 4 jan. 2025.

SANT'ANNA Lourival. Crise em Kiev deixa diplomacia brasileira em posição conflitante. **Lourival Sant'anna repórter e analista internacional**, [S. l.], 25 fev. 2014. Disponível em: <https://www.lourivalsantanna.com/paises/europa/ucrania/crise-em-kiev-deixa-diplomacia-brasileira-em-posicao-conflitante/>. Acesso em: 2 ago. 2024.

SERGUNIN, Alexander. **Teorizando o BRICS:** Perspectivas Críticas. In: Aspectos Jurídicos Internacionais do BRICS. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Declaração do presidente Lula à imprensa

após reunião bilateral com o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky. Ministério das Relações Exteriores: 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-een-trevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativado-brasil-entrevistas/luiz-inacio-lula-da-silva-2023-2026/declaracao-dopresidente-lula-a-imprensa-apos-reuniao-bilateral-com-o-presidente-da-ucrania-volodymyr-zelensky> Acesso em: 26 mar. 2025.

SITUAÇÃO na Ucrânia. **Gov.br**, Brasília, 31 out. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/situacao-na-ucrania. Acesso em: 2 nov. 2024.

STATEMENT delivered by the Permanent Representative of Brazil to the United Nations, Ambassador Antonio de Aguiar Patriota, at the plenary session of the UN General Assembly on the situation in Ukraine - New York, United States, March 27, 2014. **Gov.br**, Brasília, 27 mar. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-e-ntrevistas/diplomatas/discursos/statement-delivered-by-the-permanent-representative-of-brazil-to-the-united-nations-ambassador-antonio-de-aguiar-patriota-at-the-plenary-session-of-the-un-general-assembly-on-the-situation-in-ukraine-new-york-united-states-march-27-2014>. Acesso em: 2 dez. 2024.

TERRITORIAL integrity of Ukraine: resolution / adopted by the General Assembly. **United Nations Digital Library**, [S. l.], 2014. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/767565>. Acesso em: 26 mar. 2025.

VIEIRA, Mauro. Mauro Vieira define a “doutrina Lula” para as relações exteriores. [Entrevista concedida a] Brian Winter. **Americas Quarterly**, Nova Iorque, 23 mar. 2023. Disponível em: <https://www.americasquarterly.org/article/entrevista-chanceler-mauro-vieira-define-a-doutrina-lula-para-as-relacoes-exteriores/>. Acesso em: 19 mar. 2025.

VISITA ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sergey Lavrov. **Gov.br**, Brasília, 14 abr. 2023. Disponível em:

https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/visita-a-o-brasil-do-ministro-dos-negocios-estrangeiros-da-russia-sergey-lavrov. Acesso em: 2 jan. 2025.

WINTER, Brian. Entrevista: Chanceler Mauro Vieira define a “doutrina Lula” para as relações exteriores. **Americas Quarterly**, Nova Iorque, 23 mar. 2023. Disponível em:

<https://www.americasquarterly.org/article/entrevista-chanceler-mauro-vieira-define-a-doutrina-lula-para-as-relacoes-exteriores/>. Acesso em: 19 mar. 2025.

WORLD Bank Group Statement on Russia and Belarus. **World Bank Group**, Washington, 2 mar. 2022. Disponível em:

<https://www.worldbank.org/en/news/statement/2022/03/02/world-bank-group-statement-on-russia-and-belarus>. Acesso em: 4 dez. 2024.

РОССИЯ вытесняет Украину из бразильского космоса. **РИА НОВОСТИ**, Москва, 15 set. 2008. Disponível em: <https://ria.ru/20080915/151280595.html>. Acesso em: 26 mar. 2025.

ЦВЕТКОВА, Наталья; ЯРЫГИН, Григорий Олегович. Участие Публичной Дипломатии США в Политической Трансформации Украины, 1990-е - 2000-е Годы. Disponível em:

<https://cyberleninka.ru/article/n/uchastie-publichnoy-diplomatii-ssha-v-politicheskoy-transformatsii-ukrainy-1990-e-2000-e-gody>. **Вестник Санкт-Петербургского университета**, сер. 6, вып. 4, с.68-82, 2015.

VI BRICS Summit – Fortaleza Declaration – July 15, 2014. Gov.br, Brasília, 20 ago. 2015. Disponível em:

<https://www.gov.br/mre/en/contact-us/press-area/press-releases/vi-brics-summit-fortaleza-declaration-july-15-2014>. Acesso em: 19 mar. 2025.

*** Recebido em 15 de janeiro de 2025, e aprovado para publicação em 13 de maio de 2025.**